

## MiFID II vai custar mais 2,5 mil milhões

A banca europeia vai destinar 2,5 mil milhões de euros, pelo menos, para se adaptar à norma MiFID II, que entrará em vigor no próximo mês de janeiro. No entanto, o montante poderá ser até superior. O processo de digitalização será essencial para cumprir com a diretiva. A norma estabelece novos requisitos para os mercados de instrumentos financeiros, elevando os custos para as empresas do setor, sobretudo aquelas menos adaptadas ao contexto digital.

## Indústria nacional com forte crescimento

A indústria portuguesa teve um aumento do volume de negócios de 11,4%, em outubro, em termos homólogos. Relativamente ao mês anterior, o aumento foi significativo, sobretudo devido ao aumento das vendas para o exterior. Este crescimento foi mesmo o mais forte desde maio, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística. As exportações dispararam mais de 15%, quase o dobro do mês anterior.

# Um breve encontro com o embaixador de Portugal na Índia

ASKOK BHATIA  
agenda@vidaeconomica.pt

Uma recente viagem a Nova Deli deu-me a oportunidade de me encontrar com João da Câmara, o embaixador de Portugal na Índia. Foi suficientemente simpático para despende algum tempo comigo, tendo-lhe apresentado o meu livro “Como sobreviver na selva empresarial”, lançado pela “Vida Económica”, com o apoio da Liberty Seguros.

Aconteceu ser num dia em que o “smog” que envolvia a capital da Índia estava em altos níveis. Um breve encontro como uma pessoa amigável como o embaixador tornou a respiração mais fácil. O breve encontro provou ser uma forte experiência. A sua hospitalidade e calor humano lembraram-me a disposição afável do povo português. O encontro informal teve lugar no seu gabinete de trabalho, de bom gosto evidente. A franqueza com que falou e o calor que transmitiu são aspetos típicos das pessoas de carácter, da rica cultura que representa.

Falou de forma entusiasmada de séculos das ligações seculares entre Portugal e a Índia. Mencionou famílias de origem indiana, que fizeram de Portugal o seu lar nas últimas seis gerações. Mencionou a riqueza da cultura indiana e a diversidade dos seus cidadãos. Revelou ser um amigo chegado

de Clara Nunes dos Santos, uma diplomata sénior no Governo português, que tive a felicidade de conhecer em Oslo, há uns meses, quando era embaixatriz de Portugal na Noruega.

### Recapitulando os laços históricos

Convém lembrar que Bartolomeu Dias, um navegador português, foi o primeiro a dobrar o Cabo da Boa Esperança, no ano de 1488, abrindo a rota marítima para a Índia. Vasco da Gama, um outro nobre da Casa Real portuguesa, finalmente chegou ao porto de Calecute, em maio de 1498, iniciando uma era de domínio europeu da Índia.

Em 1510, a capital do Estado Português da Índia foi transferida de Cochim para Goa. No século XVII, Goa tornou-se a capital do vasto império português, que se espalhava de Moçambique a Nagasaki, controlando o comércio do Oceano Pacífico.

Quando a Índia se tornou independente do Reino Unido, em 1947, as relações entre o novo país e Portugal tornaram-se azedas, perante a recusa deste último em entregar os enclaves de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli. O exército indiano agiu e colocou ponto final no domínio português sobre estas áreas em 1961. Com a assinatura de um tratado em Nova Deli, em 1974, com o novo governo português democrá-



Askok Bhatia apresenta o seu livro “Como sobreviver na selva empresarial” a João da Câmara, embaixador de Portugal na Índia.

tico, as relações amigáveis bilaterais foram recuperadas.

As trocas e o comércio melhoraram sempre a partir de então, mais ainda há muito potencial por explorar. Durante a visita do primeiro-ministro de Portugal, António Costa, à Índia, em janeiro de 2017, foram assinados seis acordos entre os dois países.

Em que se inclui um acordo para cooperação na defesa.

Sinto-me feliz por ter dado uma modesta contribuição para a troca de ideias entre Portugal e a Índia. O meu livro foi primeiro publicado em Portugal. A versão inglesa original “Surviving in the corporate jungle” vem a seguir.



**JOSÉ MARTINO**  
Consultor e  
empresário agrícola

## Um apelo ao Presidente da República

É com enorme consideração e respeito pelo papel que o Presidente da República tem assumido nos últimos meses perante a tragédia que se abateu sobre o Interior do País, fustigado pelos incêndios dos últimos meses, que lanço ao Professor Marcelo este apelo. Não é um apelo isolado e de alguém que teve e tem alguma representatividade institucional junto dos agricultores portugueses. É um apelo de centenas, para não dizer milhares, de jovens agricultores, que me endereçam todos os dias emails para o meu blogue (jose.martino@blogspot.pt) denunciando a falta de apoios do Estado aos jovens agricultores do Interior – apesar de alguma “propaganda” fazer crer o contrário. Eu sou apenas o veículo deste apelo desesperado – talvez porque tenho algum acesso ao espaço público, talvez porque acreditam esses jovens agricultores que a minha luta de muitos anos em defesa da agricultura portuguesa merece que eu seja o seu porta-voz. E assim sendo, não posso nem quero defraudá-los. E a questão, Sr. Presidente é esta: porque é que mais de metade dos projetos de candidatura dos

jovens agricultores aos fundos comunitários através do PDR2020 para se instalarem na agricultura, os quais estão em análise não serão apoiados com o argumento de que não há orçamento disponível? Mais Sr. Presidente, sabe que se o projeto de um jovem agricultor não obtiver apoio do PDR2020 não consegue que a banca o apoie através de crédito ao investimento? Sabe V. Exa. que neste momento é fácil obter crédito com custo de 1% para comprar carro novo ou casa, investimentos estes que geram importações e criam riqueza de forma limitada limitada e que pelo contrário, os jovens empreendedores em projetos que criam riqueza quando têm acesso ao crédito estes tem custos muito elevado (acima dos 4%)? Então não é a agricultura portuguesa uma prioridade? Então o Interior não merece e deve ser apoiado, depois desta tragédia? Reflorestar, sim. Reconstruir, sim. Indemnizar, sim. Mas também ajudar e apoiar a agricultura, criar zonas sem combustível da biomassa entre manchas florestais e apoiar aqueles que podem fazer regressar o investimento, a iniciativa, a riqueza, a inovação, a

agricultura digital e de precisão, enfim, o futuro desenvolvido e sustentável. Porque é que o orçamento de Estado não canaliza mais verbas para o apoio e o financiamento dos projetos destes jovens agricultores? O orçamento não estica? Claro que não. Mas a política governativa é eleger prioridades, apoiar umas medidas e ações do PDR2020 em detrimento de outras, estas serão aquelas que vão de encontro aos superiores interesses públicos de Portugal, e.g. a 1.ª instalação de jovens agricultores (uma reforma estrutural porque só 7% dos empresários agrícolas são jovens, muito abaixo da média da União Europeia). Nos tempos da crise, a agricultura foi a almofada social que amorteceu muita da crise social e económica. Muitos jovens regressaram à terra em boa hora, rejuvenescendo um setor envelhecido e obsoleto, mas tal mudança estrutural não pode parar porque mais de 50% dos agricultores e empresários agrícolas ainda têm mais de 60 anos. Hoje, a agricultura é um dos setores económicos onde mais se incorpora a inovação, a modernização. Esse valor acrescentado, trazido pelos

jovens empresários agrícolas, está bem evidente no aumento das exportações dos nossos produtos agrícolas. Por isso, Sr. Presidente, do alto do seu magistério e da sua incontornável influência, lanço-lhe a proposta da concretização de uma grande conferência sobre os jovens agricultores portugueses, a realizar em Figueira de Castelo Rodrigo, no centro/interior do país, onde esses problemas se fazem cada vez mais sentir, desafiando os principais bancos que operam em Portugal a explicar o que fazem e o que poderão fazer para apoiar melhor estes empreendedores, bem como visitar alguns dos projetos instalados e a instalarem-se tendo como o objetivo conhecer in loco a realidade e fazer com que a sociedade portuguesa tenha consciência do desafio do que é um jovem investir no Interior e dar durante um dia a notoriedade devida aos seus problemas e respetiva resolução. Acredito que é sensível, como tem mostrado, a esta problemática. E, se assim for, julgo que o País dará um passo em frente, a nossa economia ficará mais forte e robusta e o país mais equilibrado e homogéneo.